



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

DL/DECOI/CCJR
Propositura: PL
Nº: 031/2017
Fl. nº: 8
Rúbrica: 8

PROJETO DE LEI Nº 31/2017

AUTORIA: VEREADOR FRED MOTA

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ÁLCOOL EM GEL EM  
PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. ASSUNTO  
DE INTERESSE LOCAL. ART.  
30, INCISO I DA CF/88 C/C  
ART. 8º, INCISO I, DA  
LOMAN. LEGALIDADE.

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão  
de parecer, Projeto de Lei nº 031/2017, versando sobre  
assunto acima mencionado.

Foi encaminhado a esta Procuradoria pela Comissão  
de Constituição e Justiça, para emissão de parecer opinativo.

Não é demais lembrar que o Parecer da Procuradoria  
é apenas opinativo, não vinculando nem a Comissão de  
Constituição e Justiça, nem o Plenário desta Casa  
Legislativa, tendo como análise apenas o aspecto legal e  
constitucional da propositura, sendo completamente imparcial,  
sem adentrar ao aspecto político.

A Carta Federal vigente consagrou os Municípios  
como entes da Federação, dotando-lhes de capacidade de  
autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas  
próprias leis, de acordo com o princípio da supremacia do  
interesse local.

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta  
Federal, *verbis*:

8



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL

DL/DECOI/CCJR
Propositura: <i>PL</i>
Nº: <i>03112019</i>
Fl. nº: _____
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

"Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

"Art. 8º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Em sendo assim, compete aos Municípios legislarem sobre assunto de predominante interesse local, respeitando sempre os princípios e normas da Constituição Federal e das leis do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

Quanto ao tema, não vislumbramos óbice que desaconselhe sua tramitação.

Com efeito, o assunto tratado na propositura é de predominante interesse local, aplicando-se o art. 30, inciso I, da CF/88, bem como o art. 8º, inciso I, da LOMAN.

Ademais, entendemos que o projeto está de acordo com o que dispõe o art. 23, da Constituição Federal. Vejamos:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:  
(...)

II. cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;"

*[assinatura]*



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
PROCURADORIA GERAL**

DL/DECOM/CCJR
Propositura: <i>PP</i>
Nº: <i>031/2017</i>
Fl nº: .....
Rúbrica: <i>[assinatura]</i>

Dúvidas não voejam de que a colocação de álcool em gel nas praças de alimentação dos shoppings centers, promoverá uma maior higiene para os seus usuários.

Finalmente, vale ressaltar que a colocação de álcool gel pelos shoppings centers não interfere na propriedade privada, não havendo violação ao art. 170, da Constituição Federal, pois não interfere na administração das empresas, mas apenas impõe medida relacionada ao bem estar e higiene dos seus clientes.

Isso posto, diante dos argumentos expostos, somos favoráveis à tramitação da propositura.

Manaus, 20 de março de 2017.

  
**PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**

**Procuradora da CMM**